

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 27 DE OUTUBRO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HÉLIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURÍCIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quíelise Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Thomazoni
2.º Secretário — Quíelise Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

- Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

- Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel; Sebastião Rodrigues (MDB).

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

- Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.
Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro
Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

- Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

- Presidente — Jorge Sato
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente — Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotto Ma'or.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 167.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 27 de Outubro de 1972 — (6.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Borsari Neto.

As 9,30 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aguiinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, David Federmann, Cândido Martins de Oliveira, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Santos Lima e Wilson Brandão (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Nelson Bufara, Antônio Lopes Júnior, Gabriel Manoel Muggiati Filho, Sebastião Rodrigues Júnior e Xenofonte Villanueva (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

PROPOSIÇÃO ÚNICA — da Proposição n. 76-72, Veto apostado ao Projeto de Lei n. 31-70, de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, autoriza o Poder Executivo estadualizar para fins de melhoria e conservação, a estrada que liga Campo Mourão-Araruama-São Lourenço e Cianorte. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. — Em votação. — Rejeitando o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para segunda-feira, dia 6 de novembro, às 9,30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n. 76-72.
Levanta-se a Sessão.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 168.ª Sessão Ordinária Realizada em 27 de Outubro de 1972 (Sexta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Ivo Tomazoni secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes — Antônio Costa — Ivo Tomazoni — Quielse Crisóstomo — Domicio Scaramella — Rosário Pitelli — Aguiinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — David Federmann — Cândido Martins de Oliveira — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — Igo Losso — João Fadel — João Mansur — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nivaldo Krüger — Odilon Reinhardt — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Pinto Dias — Santos Lima e Wilson Brandão (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados Nelson Bufara — Antônio Lopes Júnior — Gabriel Manoel — Muggiati Filho — Sebastião Rodrigues Júnior e Xenofonte Villanueva (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E :

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado João Mansur, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 137/72.

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais. Requer, ouvido o Plenário, inserção em Ata dos trabalhos de hoje um voto de profundo pesar pelo falecimento da veneranda senhora Maria Amélia Vale Nicolau, ocorrido no dia de ontem.

A extinta era viúva do meritíssimo Juiz de Direito Dr. Tufi P. Nicolau, e pessoa por demais relacionada e benquista nos meios sociais do Estado.

Da decisão desta Casa, solicita seja dado conhecimento ao seu filho, Dr. Luiz Fernando Nicolau, médico no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1.972

(a) — Ovidio Franzoni

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, Requer a Vossa Excelência que encaminhe apelo

ao Diretor Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR no sentido de que autorize os reparos que se fazem necessários e urgentes nos serviços telefônicos entre esta Capital e o Município de União da Vitória, que há mais de 15 dias encontram-se com defeitos, bem como sejam procedidas melhorias técnicas em seus respectivos canais em virtude da demora de 6 a 10 horas que acompanham cada ligação.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1.972

(a) — Domicio Scaramella

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n.º 193/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Faculdade de Administração de Empresas na sede do Município de Rio Negro.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1.972

(a) — Maurício Fruet

JUSTIFICAÇÃO:

A documentação, anexa, comprova a necessidade da criação da Faculdade ora proposta, visto que a mesma atenderá a pretensão de centenas de alunos, que concluirão o curso secundário, no próximo Município de Rio Negro e dos demais Municípios circunvizinhos, dando-lhes melhores condições de trabalho, num futuro bem próximo.

Dadas as considerações expostas, esperamos dos ilustres Pares o devido apoio e aprovação do Projeto de Lei proposto.

Projeto de Lei n.º 194/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

SÚMULA: Dispõe sobre a contagem de tempo pela prestação de serviços extraordinários.

Art. 1.º — Fica incluído no art. 129, da lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o inciso seguinte:

III — O tempo correspondente à prestação de serviços extraordinários, por designação do Chefe da Repartição, na forma regulamentar.

Art. 2.º — Fica incluído parágrafo único ao art. 175 da supra mencionada lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, com a seguinte redação:

— O funcionário a quem foi ou for cometida a designação para prestação de serviços extraordinários, a requerimento seu, instruído com os comprovantes de efetivo exercício terá computado, para todos os efeitos legais, os respectivos períodos, respeitando-se para a conversão os critérios dispostos no art. 132.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1.972

(a) — Borsari Netto

JUSTIFICATIVA:

1 — “TEMPO DE SERVIÇO, na abalizada opinião de Themistocles Brandão Cavalcanti — “é, para os efeitos legais, a soma dos dias em que o funcionário prestou os seus serviços ao Estado, não se considerando como suscetíveis de desconto algumas faltas toleradas pela lei”.

2 — Realmente, a sã doutrina estatutária confirma esse conceito, consagrado nas disposições do Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado (Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970), tal como se encontram expressas, taxativamente:

“ TÍTULO V ”

“Art. 128 — Será considerado de efetivo exercício o afastamento do servidor em virtude de:

“Art. 129 — Computar-se-á, para todos os efeitos legais

“Art. 130 — Para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade será computado integralmente:

“Art. 131 — Durante o exercício do mandato eletivo federal ou estadual

Por força do Art. 132 — “A Apuração do tempo de serviço será feita em dias”.

3 — Um exame mais apurado do art. 129, “(computar-se-á para todos os efeitos legais)” — merece especial atenção com vistas ao item II:

“O período de férias não gozadas na administração estadual, contado em dobro” — Esta disposição é completada pelo Art. 150, que vem evidenciar e reforça a justificativa do ante-projeto, de vez que esclarece, de forma sucinta e incontestável que, no caso, não se trata de uma medida de exceção ou de favor, mas o reconhecimento de um direito criado pela situação de fato, senão vejamos:

“O funcionário que, por imperiosa necessidade do serviço deixar de gozar as férias, a requerimento seu terá computado o respectivo período, em dobro, para todos os efeitos legais, na forma da regulamentação própria”.

4 — “Tempo de Serviço” então, pelas várias formas que levam à sua contagem, caracteriza-se genericamente em “exercício”, mais precisamente “em efetivo exercício do cargo ou função pública”, cuja prestação deverá ser comprovada, em qualquer hipótese, seja no regime de horário ordinário ou extraordinário de trabalho, atendendo-se às disposições de controle de frequência e da prestação de serviços inerentes ao cargo.

5 — Daí por lógica a ilação de que “O exercício efetivo do cargo ou da função pública” é que determina o “direito de percepção do vencimento e da remuneração”.

Isto é liminar, e a prova está em que, o simples ato de nomeação ou de designação, mesmo o da posse no cargo, propriamente dito, não caracterizam direito ao vencimento ou a remuneração, o que ocorre somente após a comprovação da entrada no exercício do cargo ou função, pelas comunicações das vias administrativas legais, através das quais se realizam os controles impostos pela “regime de trabalho” com as suas implicações.

6 — Assim, no Capítulo VII — Do Exercício — encontramos a Seção II, — “Do Regime do Trabalho” — cujo Art. 53 estabelece: “O Chefe do Poder Executivo determinará, por decreto, quando não discriminados em lei ou regulamento:

I — para as repartições, horários de trabalho normal;

II — para cada cargo, o mínimo de horas exigíveis por semana, especialmente se sua natureza acarreta prestação de serviços à noite, sábados, domingos e feriados, etc”.

Aliás, para os casos previstos no item II, foi estatuído o “Regime de Tempo Integral”, tal como disposto na Seção III, Arts. 56 a 62.

7 — Em estreita relação com o até agora se arguiu — “Tempo de Serviço” e “Exercício”, encontramos no Capítulo VI — “Do Vencimento e da Remuneração”, o seguinte:

"Art. 156 — Vencimento é a retribuição pelo efetivo exercício do cargo correspondente ao símbolo, ou ao nível fixado em lei".

"Art. 157 — Remuneração é a retribuição pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao vencimento mais as vantagens financeiras asseguradas por lei".

Fica aí, bem claro, que o Art. 156, quando trata da retribuição pelo efetivo exercício do cargo, o faz sob a denominação de "Vencimento" correspondente ao símbolo, ou ao nível fixado por lei. A observação é por demais extensiva, visto que complementada, mesmo condicionada, quando trata da retribuição pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao vencimento mais as vantagens financeiras asseguradas por lei, situação em que a denominação passa a ser "Remuneração".

8 — E, a importância da observação feita ao número anterior, caracteriza o disposto no Capítulo VIII — DAS VANTAGENS — Seção III — Das Gratificações — como tais definidas no Art. 172 — Considerar-se-á gratificação:

I —

II — Pela prestação de serviços extraordinários

III —

Isto, com a disposição esclarecedora do Art. 175: "A gratificação pela prestação de serviços extraordinários se destina a remunerar os serviços prestados fora do período normal de trabalho a que estiver sujeito o funcionário, no desempenho das atribuições do seu cargo".

9 — Assim sendo, o pagamento ou a remuneração do cargo emana do efetivo exercício, ou seja, do desempenho das atribuições do cargo, o que deverá ser sempre comprovado na forma ou pelos processos decorrentes do Regime de Trabalho, ficando claro que o tempo de serviço prestado sob a égide de "Serviços Extraordinários", é "Tempo de Serviço", conquanto em caráter extraordinário, quicá suplementar, pois implica em exercício do cargo ou da função "fora do período normal de trabalho", num cometimento que demanda da "imperiosa necessidade do serviço", e por isso mesmo, criando um direito suscitado pelo Regime de Trabalho e logo sobrepondo-se o seu reconhecimento, como medida de justiça, para permitir a "CONTAGEM DO TEMPO DE SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO", para todos os efeitos legais.

10 — A contagem do "Tempo de Serviço Extraordinário", será calculada correspondentemente ao valor arbitrado para a sua prestação e no mesmo critério de proporcionalidade, tudo como se infere do art. 176 — seus incisos e parágrafos.

Tal disposição legal complementaria a fidelidade doutrinária que inspirou a disposição contida no item II, do Art. 129 "O Período de férias não gozadas na administração estadual, contado em dobro".

Encerra-se aí o justo reconhecimento do Estado a uma situação imposta ao servidor, face "a imperiosa necessidade do serviço", tudo conforme o Art. 150 do P.F.C.E.;

"O funcionário que por imperiosa necessidade do serviço, deixar de gozar férias, a requerimento seu, terá computado o respectivo período, em dobro, para todos os efeitos legais, na forma da regulamentação própria".

O presente plano de Lei, quer traduzir a vontade de colaborar, e assim, reconhecer justamente, o trabalho da laboriosa classe funcional do Estado, que não obstante percebe remuneração por serviços prestados extraordinariamente, sofre, em consequência, maior desgaste físico em benefício dos interesses da administração.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério, primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Deputados.

O assunto que me traz à Tribuna na manhã de hoje é para congratular-me com o Dr. Marcos Prado pelo motivo de reassumir S.S. hoje, as funções de Diretor do DETRAN, das quais estava licenciado por viagem que fez ao exterior a fim de proceder a estudos com o objetivo de melhorar e aperfeiçoar a máquina administrativa do DETRAN. Reconheço em S.S. inúmeros erros na condução do DETRAN, principalmente com relação ao Plano Viário da Capital. Agora sabemos que não é de sua exclusiva responsabilidade a política viária que se adota no município de Curitiba. Este é estudado, planejado pelo IGGUC e executado pelo DETRAN, mas a par destes erros temos que reconhecer Marcos Prado como cidadão decente, cumpridor de suas obrigações, sobretudo honesto e educado no trato que mantém com as partes que comparecer ao DETRAN e estou ainda mais satisfeito porque deixa hoje as funções de Diretor Substituto do DETRAN, um homem cujas atitudes se assemelham a de um psicopata, que atende pelo nome de Ascânio não sei do que. Nunca vi um cidadão mais louco nas decisões e mais arbitrário do que este; não sei como um Governo honesto, de bons propósitos como o do Sr. Pedro Parigot de Souza, pode manter um cidadão nestas condições na direção de um órgão tão importante como o DETRAN. É por isto que me sinto satisfeito, alegre, porque o povo que se dirige ao DETRAN vai tratar com gente, que é o Dr. Marcos Prado, porque às vezes um Diretor não pode atender a todas as reivindicações das pessoas que lá comparecem, mas não custa tratar com boas maneiras, sem ser violento ou arbitrário, o que não acontecia com esse cidadão de nome Ascânio, cujo lugar não era no DETRAN, porque para mim, como já disse, suas atitudes são semelhantes a de um psicopata e não podia assumir função pública. Por isto quero congratular-me, em nome do povo, pelo motivo de reassumir suas funções à frente do DETRAN, o Dr. Marcos Prado. (Com revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a grata satisfação de anunciar a presença nesta Sessão, de um grupo de alunas do Colégio Estadual de Campo Comprido.

Não havendo oradores inscritos para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoioado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoioado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuídos aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 19/72, autoriza a Comissão Executiva da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Pa-

raná instituir Medalhas, alusivas, como prêmio pela participação de estudantes paranaenses no Projeto Rondon e dá outras providências. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 471/67, cria na cidade de Loanda o Curso Científico para funcionar no próprio ano letivo, e dá outras providências. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 112/71, declara de Utilidade Pública o "Hospital Amazonas Pereira Caldas", com sede no Município de Pinhão. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 183/71, autoriza o Poder Executivo criar, uma Escola Profissional para recuperação de menores delinquentes, nesta Capital e dá outras providências. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 186/71, autoriza o Poder Executivo, construir uma Cadeia Pública e uma Delegacia de Polícia na sede do Município de Guaraniaguá. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 210/71, transfere à responsabilidade do D.E.R., a estrada que liga Vila Grapia, no Município de Salto do Lontra, Vila Estrela do Iguaçu, a Porto Bonito, no Município de Catanduvas. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 256/71, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de Icaraima a Querência do Norte. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 265-71, autoriza o Poder Executivo estadualizar para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga Imbaú a cidade de Telêmaco Borba. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 12/62, declara de Utilidade Pública o Centro de Assistência e Promoção Social Isabelense, com sede na cidade de Santa Izabel do Ivaí. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 21/72, declara de Utilidade Pública, a Associação Universitária do Departamento de Edificações e Obras Especiais com sede nesta Capital. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 78/72, autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), à Irayde França Assad, viúva de ex-Delegado de Polícia. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 107/72, denomina "Dr. Silvío Bittencourt Linhares", o Hospital Estadual da cidade de Antonina. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 132/72, declara de Utilidade Pública a "Sociedade Paranaense Divina Providência", com sede nesta Capital. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 72/70, de autoria do Dep. Túlio Vargas, transfere ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação, a rodovia no Município de Guaraniaguá, que liga a BR-277, na altura do quilômetro 335, numa extensão de 40 quilômetros. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 23/72, de autoria do Dep. Domício Scaramella autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada de rodagem que liga os Municípios de Bituruna e Palmas, passando pelo Distrito de Ubaldino Taques. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 24/72, de autoria do Dep. Alvaro Dias, declara de Utilidade Pública, a Liga Regional de Futebol da cidade de Londrina. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 32/72, de autoria do Dep. Arizone Araújo, declara de Utilidade Pública, a Associação "Lar de Meninas" da cidade de Francisco Beltrão. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 61/72, de autoria do Dep. David Federmann, autoriza o Poder Executivo criar no Banco do Estado do Paraná S/A., a Carteira de Financiamento da Educação e dá outras providências. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 106/71, de autoria do Dep. Domício Scaramella, que autoriza o Poder Executivo estadualizar a estrada que demanda de São Mateus do Sul ao entroncamento do Distrito de Riozinho, na forma que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 150/71, de autoria, dos Deps. Basílio Zanusso e Quiélse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo celebrar através do D.E.R., convênio com os Municípios de Atalaia e Flórida, para construção de uma ponte sobre o rio Pirapó, divisa entre os referidos Municípios. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 163/71, de autoria do Dep. Nivaldo Krüger, que autoriza o Poder Executivo construir um Ginásio Estadual em Santa Maria, Município de Pitanga e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado, artigo por artigo.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 178/71, de autoria do Dep. Sebastião Rodrigues Júnior, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, o trecho de estrada com 26 km. que liga a cidade de Dois Vizinhos à Usina Foz do Chopim, e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 178/71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, o trecho de 26 quilômetros da rodovia que liga a cidade de Dois Vizinhos à Usina Foz do Chopim.

Art. 2.º — O Poder Executivo fica autorizado a consignar na Lei de Meios para o próximo exercício, verba destinada a este fim.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1971

a) Dep. Sebastião Rodrigues Júnior

JUSTIFICATIVA:

Sendo o único meio utilizado por vários Municípios do Sudoeste Paranaense para sua ligação com a rodovia BR-277 (Paranaguá-Foz do Iguaçu), o trecho de 26 quilômetros entre a cidade de Dois Vizinhos e a Usina da Foz do Chopim se constitui em importante e vital via para o escoamento da grande produção agropecuária da região. O tráfego intenso, contudo, a par das dificuldades financeiras atravessadas pela Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, impedem uma conservação constante do referido trecho. Esse fato se agrava nos dias de chuva, com a formação de um extenso lodçal.

A transferência para o DER, que dispõe de maiores recursos, é um meio de fazer-se justiça a uma região que vem apresentando alto índice de desenvolvimento e com uma contribuição grande ao Erário Estadual.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**PROJETO DE LEI N.º 178/71**

AUTOR: Dep. Sebastião Rodrigues Júnior.

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, o trecho de estradas com 26 Km que liga a cidade de Dois Vizinhos à Usina Foz do Chopim, e dá outras providências.

PARECER

I — O trecho de estrada que se pretende transferir para a responsabilidade do DER é de vital importância para aquela região do Sudoeste Paranaense.

II — O problema é o mesmo da maioria dos Municípios do Paraná, que não dispoem de estradas adequadas para escoamento de seus produtos, tem sua economia tolhida.

III — Melhorando-se as vias de escoamento de produção, pelo fato mesmo, a arrecadação municipal melhorará, e então, com mais recursos poderá o Município retomar a responsabilidade da conservação da estrada.

IV — É medida autorizativa e o art. 2.º, ampara legalmente o pleiteado.

V — Face ao exposto, opinamos pela aprovação do plano de Lei em exame. Sala das Comissões, em 3 de maio de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Emílio Carazzai — Relator

Ovídio Franzoni

Luiz Roberto Soares

Santos Lima

Cárdido M. de Oliveira

COMISSÃO DE FINANÇAS**PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 178/71**

Tratando-se da Projeto meramente autorizatório, não há nenhum óbice na sua aprovação. O Poder Executivo, no tempo oportuno, se assim o quiser, dará os elementos financeiros para a transferência do trecho. Somos pois, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1972.

aa) Fuad Nacili — Presidente

Antonio Lopes Júnior — Relator

David Federmann

Antonio Belinati

João Fadel

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 178/71**

De iniciativa do Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, o Plano de Lei em exame, autoriza o Poder Executivo a transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, a rodovia que liga a cidade de Dois Vizinhos à usina Foz do Chopim, num trecho de aproximadamente 26 Km.

O Projeto já recebeu parecer favorável nas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças; quanto ao mérito, que cabe a esta Comissão opinar, a justificativa do Autor nos convence da necessidade da medida pleiteada.

Nosso parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 16 de junho de 1972.

aa) Borsari Netto — Presidente

Hélio Manfrinato — Relator

Gabriel Manoel

Arizone Araújo

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 260/71, de autoria do Dep. Domicio Scaramella, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga São Mateus do Sul a Rio Azul, passando por Porto Soares, no Rio Potinga. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 260/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de melhoria e conservação, a estrada que liga São Mateus do Sul a Rio Azul, passando por Porto Soares, no Rio Potinga.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1971.

a) Domicio Scaramella

JUSTIFICATIVA:

Via de grande movimento, a estrada que ora se pretende transferir à responsabilidade do D.E.R., está a merecer, de longa data, um melhor tratamento, dando, desta forma, melhores condições de tráfego.

Tal medida, agora, se torna inadiável, tendo em vista o funcionamento, num futuro muito próximo, da usina do xisto, no Município de São Mateus do Sul e cuja utilização daquela rodovia deverá triplicar, na pior das hipóteses.

Em face de tais razões, apresentamos a presente iniciativa à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio e aprovação final.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 260/71**

AUTOR: Dep. Domicio Scaramella

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem a estrada que liga São Mateus do Sul a Rio Azul.

O Projeto sob exame, do nobre Deputado Domicio Scaramella, pretende transferir à responsabilidade do Departamento de Estrada de Rodagem, a estrada que liga os Municípios de São Mateus do Sul a Rio Azul, passando pelo Porto Soares, no Rio Potinga.

O mencionado Projeto está devidamente justificado na forma regimental e não fere qualquer preceito de ordem legal ou constitucional. Quanto a sua oportunidade nada a opor.

Em face das razões expendidas, somos pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Losso — Relator

Gilberto Carvalho

Muggiati Filho

Arthur de Souza

COMISSÃO DE FINANÇAS**PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 260/71**

O presente Projeto de Lei, já devidamente articulado e justificado, de acordo com o que determina o Regimento Interno, não apresenta qualquer implicação de ordem financeira, é matéria meramente autorizatória.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1972

aa) Fuad Nacili — Presidente

João Fadel — Relator

Odilon Reinhardt

Antonio Belinati

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 260/71**

O Projeto em exame, visa autorizar o Poder Executivo a transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga São Mateus do Sul a Rio Azul, passando por Porto Soares, no Rio Potinga.

O Autor do Plano de Lei, Deputado Domicio Scaramella, na sua justificativa diz, que tal medida se torna inadiável, pois com o funcionamento da Usina do Xisto, aquela rodovia deverá ter seu movimento triplicado, tratando-se de autorização legislativa, não encontramos qualquer impedimento para sua aprovação.

Favorável é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 16 de junho de 1972.

aa) Borsari Netto — Presidente

Hélio Manfrinato — Relator

Gabriel Manoel

Arizone Araújo

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 279/71, de autoria do Dep. Nivaldo Krüger, autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, a estrada municipal que liga Palmeirinha, no Município de Guarapuava, ao Município de Palmital, passando pelos Distritos de Cerro Verde, Campina Simão, Piquiri e Santa Maria. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 279/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para o Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada municipal que liga a localidade de Palmeirinha, em Guarapuava ao Município de Palmital, passando pelos distritos de Serrão Verde, Campina Simão, Piquiri e Santa Maria.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

a) Dep. Nivaldo Krüger

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente Plano de Lei, Sr. Presidente, pelo fato da citada estrada não mais comportar o intenso tráfego, que por ela transita e, a prefeitura guarapuavana não ter condições de ampliar ou mesmo conservar este escoadouro que é vital para os distritos acima citados.

Para se ter uma idéia de sua importância, somente uma firma sediada no distrito de Campina do Simão, a Madeireira Nacional S/A, utiliza o percurso desta estrada, através de seus caminhões, num trânsito de 650 veículos mensais. São 30 caminhões num vai-e-vem diários que escoam da região, 4 mil toras mensais que alimentam a produção desta fábrica de pasta mecânica e papel que sustenta 170 famílias deste Distrito, num total de mais de 1.000 pessoas.

Os dados acima citados, de sobejo, justificam a melhoria desta estrada, mas sua importância aí não para. Outras indústrias da região utilizam parcialmente este caminho, atualmente carroçável, que liga Palmeirinha a Palmital.

A Cia. Pinheiro Indústria e Comércio, a firma Boese S/A., Irmãos Losso e Cia. Ltda., F. Barros de Pauli F.V. Araújo Ltda., são algumas empresas das muitas que necessitam da citada estrada para escoarem as suas produções, firmas estas, que no seu total, carregam, em faturamento mais de 240 mil cruzeiros mensais, com o consequente arrecadamento nas diversas formas de taxa-ção, para o Governo do Estado.

A transferência do DER desta rodovia, seria mais um investimento do Estado na região, pois a soma acima citada é uma parte apenas da produção da região, sendo somente a Madeireira Nacional S/A, firma que começou a produzir em 1966, fatura mensalmente Cr\$ 345 mil mensais, com sua produção de 300 toneladas de produto acabado por mês.

Esta firma, sozinha, não bastasse as outras, deveria receber todo o apoio do governo estadual em virtude de sua característica que fixa permanentemente, na região, a mão-de-obra e a produção, haja visto, ter a mesma, além da industrialização, vastas regiões de reforestamento para a sustentação de seu funcionamento.

Do jeito como se encontra a citada estrada, vem acarretando sérios prejuízos aos que dela se utilizam e não é justo que o Governo do Estado, que da região arrecada mensalmente Cr\$ 240.000,00 não se preocupe em dar em troca uma rodovia condizente com o progresso daquele populoso e produtivo pedaço do Paraná.

A grande produção agrícola e pecuária da região, paralelamente e obviamente também se ressentem de uma melhor rodovia, sua produção em dias chuvosos fica estagnada. A carga se perde, se deteriora, sacrifício se torna não só por que a estrada abastaculizou, com seu leito intransitável, o esforço de todos.

É imperioso a assunção do DER na conservação e ampliação desta estrada, respiradouro de uma das regiões mais produtivas do Estado.

Sala das Comissões, em

(aa) Dep. Nivaldo Krüger

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**PROJETO DE LEI N.º 279-71**

AUTOR: — Deputado Nivaldo Krüger

SÚMULA: — Autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para efeito de conservação e melhoria, a estrada municipal que liga Palmeirinha, no Município de Guarapuava, ao Município de Palmital, passando pelos distritos de Cerro Verde, Campina Simão, Piquiri e Santa Maria.

PARECER

O Projeto de Lei em questão incrusta-se dentro dos parâmetros legais que regem a matéria, constituindo-se em simples ato autorizatório. Somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em ... de abril de 1972

(aa.) **Armando Queiroz** — Presidente
Luiz R. Soares — Relator
Santos Lima
Maurício Fruet
Ovídio Franzoni
Cândido M. de Oliveira
Emílio Carazzai
Muggiati Filho

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 279-71

AUTOR: — Deputado Nivaldo Krüger

SUMULA: — Autoriza o Poder Executivo a transferir para o D.E.R. estrada que liga Palmeirinha a Palmital.

PARECER

1.) Com o presente plano de lei, pretende o nobre Deputado Nivaldo Krüger, autorizar o Poder Executivo a transferir para o D.E.R. a estrada municipal que liga a localidade de Palmeirinha, em Guarapuava, o Município de Palmital.

2.) Sobre a proposição, a douda Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente.

3.) Quanto ao aspecto que nos compete examinar a matéria, nada temos a opor, pelo que opinamos pela sua aprovação.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1972.

(aa.) **Fuad Nacli** — Presidente
Odilon Reinhardt — Relator
David Federmann
Antônio Lopes Júnior
Antônio Belinati
João Fadel

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N.º 279-71

1.) O presente plano de Lei, de autoria do nobre Deputado Nivaldo Krüger, autoriza o Poder Executivo a transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga Palmeirinha a Palmital.

2.) Sobre o mesmo já opinaram favoravelmente as Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

3.) No mérito, que cabe a esta Comissão examinar, não há restrições a fazer, daí a nossa manifestação pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em ... de junho de 1972

(aa.) **Borsari Netto** — Presidente
Hélio Manfrinato — Relator
Arizone Araújo
Gabriel Manoel

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 81-72, de autoria do Dep. Antonio Belinati, declara de Utilidade Pública a Junta Beneficente da Igreja Missionária (JUBIM), com sede na cidade de Londrina. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 81-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Junta Beneficente da Igreja Missionária (JUBIM), com sede na cidade de Londrina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as decisões em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1972

(a.) Deputado Antônio Belinati

JUSTIFICATIVA

Sob a denominação acima, foi constituída em 1969, na cidade de Londrina, uma entidade civil, de caráter filantrópico — social — educativo, que mantém instituições com este objetivo e cujo estatuto já foi devidamente aprovado e publicado.

A declaração de Utilidade Pública, conforme faculta a lei, dará a esta entidade maior desenvolvimento e prestígio junto aos órgãos públicos, daí a razão do presente projeto.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 81-72

PARECER

O nobre Deputado Antônio Belinati pretende, com este projeto, declarar de Utilidade Pública a Junta Beneficente da Igreja Missionária (JUBIM), com sede na cidade de Londrina.

A entidade em apreço não tem finalidade lucrativa, não remunera seus dirigentes e possui personalidade jurídica há mais de dois anos e por se dedicar exclusivamente ao bem-comum preenche integralmente as exigências da Lei, para ser reconhecida como de utilidade pública.

E como não há qualquer obstáculo constitucional ou legal que impeça a transformação da presente propositura em lei ordinária, opino pela aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 9-8-72.

(aa.) **Armando Queiroz** — Presidente
Maurício Fruet — Relator
Muggiati Filho
Borsari Netto
Emílio Carazzai
Ovídio Franzoni
Paulo Camargo

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 94-72, de autoria do Dep. Eron-

dy Silvério, declara de Utilidade Pública a Tenda Espírita Yoriel, com sede nesta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 94-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Tenda Espírita Yoriel, com sede e fóro nesta Capital.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1972.

(aa) Deputado Erondy Silvério

JUSTIFICATIVA

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública é uma sociedade civil com personalidade jurídica, com caráter religioso e filantrópico. Visa ainda manter com todas as organizações espiritualistas a mais estrita cordialidade, promovendo quanto possível a união através o intercâmbio cultural e espiritual, e procurando por todos os meios a exaltação das virtudes e repúdio aos vícios e incentivar o espírito cívico e patriótico de seus associados, bem como dar atendimento social a todos que dela se socorrem.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 94-72

PARECER

1.) O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Erondy Silvério, visa declarar de utilidade pública a Tenda Espírita Yoriel, com sede e foro nesta Capital.

2.) Referida proposição, está perfeitamente de acordo com os dispositivos da Lei Federal n.º 91, de 29-8-35, regulamentada pelo Decreto n.º ... 50.517, de 2-5-61, donde se conclui que a mesma preenche aos seguintes requisitos, contidos no seu Estatuto:

- a) que tem personalidade jurídica;
- b) que está funcionando há mais de 1 (um) ano;
- c) que seus diretores não são remunerados, por qualquer forma e;
- d) que presta desinteressadamente auxílio à coletividade.

3.) Quanto aos aspectos constitucional, legal e da oportunidade que cabe a esta Comissão examinar, não há restrição a fazer.

4) Dada as considerações expostas, somos favoráveis a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, 16 de agosto de 1972.

(aa.) **Armando Queiroz** — Presidente
Paulo Camargo — Relator
Paulo Camargo — Relator
Ovídio Franzoni
Igo Losso
Erondy Silvério
Emílio Carazzai
Borsari Netto
Cândido M. de Oliveira

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 97-72, de autoria do Dep. Maurício Fruet, declara de Utilidade Pública a Escola de Pais de Curitiba, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 97-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Escola de Pais de Curitiba, com sede na Capital do Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1972.

(a.) Dep. Maurício Fruet

JUSTIFICATIVA

Fundada no dia 8 de outubro de 1968, a Escola de Pais de Curitiba, vem, durante os seus quatro anos de existência, promovendo o "Círculo de Pais" em que leva seus participantes à verdadeira harmonia conjugal e ao crescimento do clima propício à educação dos filhos no lar.

Grças a esta entidade pode-se comprovar o efetivo entrosamento das famílias com a Escola e com a comunidade. Vários colégios vêm se beneficiando da Escola de Pais de Curitiba, conforme podemos atestar pelas declarações dos Colégios Divina Providência e Nossa Senhora de Lourdes.

Pelo que a referida entidade vem fazendo em prol da coletividade é que confiamos na aprovação do Plano de Lei em tela pelos nossos pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 97-72

PARECER

1) O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Maurício Fruet, que cabe a esta Comissão examinar, visa declarar de Utilidade Pública a Escola de Pais de Curitiba, com sede nesta Capital.

2) Referido Projeto, está perfeitamente de acordo com os dispositivos da Lei Federal n.º 91, de 28-8-35, regulamentado pelo Decreto n.º 50.517, de 2-5-61, donde se conclui que a mesma preenche os seguintes requisitos, contidos no seu Estatuto.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 113-72, de autoria do Dep. Rosário Pitelli, declara de Utilidade Pública, a Guarda Mirim da cidade de Bela Vista do Paraíso. — Parecer favorável da C.C.J. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 113-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Guarda Mirim de Bela Vista do Paraíso.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de julho de 1972.

(a.) **Rosário Pitelli** — Deputado

JUSTIFICATIVA

A Guarda Mirim de Bela Vista do Paraíso, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Bela Vista do Paraíso, neste Estado. Tem como finalidade principal o encaminhamento a vida profissional de seus jovens membros, mediante convênio com empresas comerciais, industriais e agrícolas do Município. Presta também aos menores cuidados a assistência social, dentária, médica e hospitalar, zelando pelo seu bem estar e de sua saúde, estimulando a criação de campos de diversão e esporte para o seu desenvolvimento. Dirigida pela comunidade de Bela Vista do Paraíso, vem a referida entidade prestando valiosos serviços aos menores, inclusive propiciando oportunidade para que cada componente se sinta em condições de paralelamente a sua atividade continuar com maior incentivo os seus estudos.

Apresentamos o presente Projeto de Lei à consideração de nossos Pares, esperando-se-lhe dê o indispensável apoio.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 113-72

PARECER

1.) O Projeto que ora examinamos, de autoria do nobre Deputado Rosário Pitelli, visa declarar de Utilidade Pública a Guarda Mirim de Bela Vista do Paraíso, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

2.) A presente proposição está de acordo com o que determina dispositivos do Regimento Interno.

3.) A medida é oportuna e pela justiça de que se reveste este plano de lei, opinamos favoravelmente pela sua aprovação.

É o parecer.

(aa.) Armando Queiroz — Presidente
Maurício Fruet — Relator
Muggiati Filho
Borsari Neto
Emílio Carazzai
Ovidio Franzoni
Paulo Camargo

COMUNICAÇÃO

A Comissão do Orçamento leva ao conhecimento dos Senhores Deputados que o prazo para recebimento de EMENDAS ao Orçamento Geral e Plurianual do Estado encerra, impreterivelmente, dia 5 de novembro próximo.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, no sentido de que autorize os reparos que se fazem necessários e urgentes nos serviços telefônicos entre esta Capital e o Município de União da Vitória. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ovidio Franzoni, constante do Expediente, solicitando voto de pesar a Sra. Maria Amélia Vale Nicolau. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 187-72. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 6 de novembro, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. Discussão — dos Projetos de Lei ns: 106-71, 150-71, 163-71;
2a. Discussão — dos Projetos de Lei ns: 178-71, 260-71, 279-71, 81-72, 94-72, 97-72, 113-72;

1a. Discussão — dos Projetos de Resolução ns: 28-72 e 29-72;

1a. Discussão — dos Projetos de Lei ns: 74-71, 111-71, 142-71, 205-71, 109-72.

Levanta-se a sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE FINANÇAS

2a. SESSÃO LEGISLATIVA — 7a. LEGISLATURA

ATA DA 6a. REUNIAO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões, às 16 horas, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Fuad Nacli, contando com as presenças dos Senhores Deputados João Fadel Filho, Antonio Lopes Júnior, David Federmann, Odilon Reinhardt e Jorge Sato. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 19-72 — de autoria do Senhor Deputado Maurício Fruet, que autoriza a Comissão Executiva da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, instituir medalhas alusivas, como prêmio pela participação de estudantes paranaenses no Projeto Rondon e dá outras providências. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 82-72 — de autoria dos Senhores Deputados Basilio Zanusso e Borsari Netto que, inclui representantes dos municípios no Conselho Rodoviário Estadual e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Antonio Lopes Junior, sem parecer conclusivo. PROJETO DE LEI N. 99-72 — de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo criar a Universidade Estadual da cidade de Jacarezinho e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Odilon Reinhardt, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 101-72 — de autoria do Senhor Deputado Xenofonte Villanueva que, institui o Símbolo Paranaense de qualidade turística e dá outras providências. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 106-72 — de autoria do Senhor Deputado João Fadel que, autoriza o Poder Executivo elevar para Cr\$ 2.843.94 (dois mil oitocentos e quarenta e três cruzeiros e noventa e quatro centavos), os proventos de inatividade de Tereza Klanchmidt, Professor do Ensino Primário da Escola Isolada da Granja, Município da Lapa. Relator Senhor Deputado Odilon Reinhardt, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 117-72 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 31-72, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva doar à União, o imóvel de propriedade do Estado, sito a Avenida 7 de Setembro nesta Capital, onde se acha edificado o prédio sede da Escola Técnica Federal do Paraná. Relator Senhor Deputado Jorge Sato, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 126-72 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 34, encaminhando anteprojeto de lei que visa alienar imóvel de propriedade do Estado, constituído pelos lotes ns: 21 e 22, da Planta Santos Andrade, com frente para a rua Conselheiro Laurindo e esquina com a rua Marechal Deodoro, nesta Capital. Relator Senhor Deputado Jorge Sato, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 127-72 — de autoria do Poder Executivo, Mensagem 38-72, que encaminha anteprojeto de lei elevando os vencimentos dos cargos efetivos e em Comissão e as Funções Gratificadas dos Quadros do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e, ainda, os do Tribunal de Contas e dos integrantes da Polícia Militar do Estado. Relator Senhor Deputado Jorge Sato, parecer favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar eu, Teresinha Barbosa de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

(a) FUAD NACLI — Presidente

(a) TERESINHA B. DE MOURA E CLARO — Secretária